MOÇÃO – POR UM SISTEMA DE ACESSO ÀS CRECHES TRANSPARENTE, EQUITATIVO E QUE RESPEITE AS PRIORIDADES DAS FAMÍLIAS

"A política pública de natalidade e apoio à família visa promover projetos de vida com qualidade e a verdadeira conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. A gratuitidade das creches tem sido uma conquista fundamental do Estado Social contra a pobreza infantil. Contudo, uma boa intenção social está a ser gravemente comprometida por uma execução tecnológica e administrativa deficiente.

Desde o passado dia 9 de abril de 2026, a gestão dos pedidos de vaga passou a ser feita exclusivamente online. Na teoria, pretendia-se simplificar; na prática, o modelo do atual Governo criou um verdadeiro calvário social que, intencionalmente, apenas faz desaparecer as críticas sobre as longas listas de espera.

O sistema apresenta falhas estruturais graves:

1. Inexistência de listas de espera: sem vagas, as famílias ficam sumariamente impedidas de manifestar interesse ou integrar qualquer registo de espera;

2. Cegueira institucional: As organizações ficam privadas de ferramentas legítimas para monitorizar as necessidades reais no território;

3. Injustiça e atropelo às prioridades legais: A legislação define critérios rigorosos de prioridade (como a existência de irmãos a frequentar a instituição, a deficiência ou incapacidade da criança, crianças filhas de pais estudantes menores, crianças beneficiárias do 1º e 2º escalão do abono de família, a proximidade da residência ou do local de trabalho, entre outros). Ao abolir as listas de espera, o sistema permite que uma vaga seja ocupada por quem teve a sorte de submeter a inscrição no momento certo, ignorando a vulnerabilidade social e a Lei.

Onde a falta crónica de vagas já é limitada, esta medida adiciona uma ansiedade insuportável às famílias e viola a justiça social. Os apoios públicos devem cegar a quem mais precisa por critérios de justiça legal, e não pela velocidade de um clique.

Assim, a Assembleia Municipal de Odemira delibera:

- Exigir ao Governo correções estruturais urgentes no sistema, permitindo obrigatoriedade que as famílias fiquem integradas em lista de espera transparentes.

- Reclamar o respeito escrupuloso pelos critérios legais de prioridade, garantindo a equidade social, a proteção dos mais vulneráveis e o cumprimento da Lei.

- exigir ferramentas de gestão fiáveis para as organizações, de modo a espelhar com rigor as carências reais de vagas nos territórios, como em Odemira.

Os/as eleitos/as do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odemira

Odemira, 30 de setembro de 2026."

Apresentado pelos membros eleitos pelo Partido Socialista e aprovado, por maioria, na primeira reunião da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal de Odemira realizada no dia 30.09.2026.

Presidente da Assembleia Municipal
Rita do Carmo Freitas Costa